

A INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL NO MUNDO

*Palavras do ministro da Defesa, Celso Amorim,
na abertura do IX Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional*

Pirassununga, 22 de outubro de 2012

Gostaria de convidá-los a refletir sobre a inserção estratégica do Brasil no mundo.

Essa inserção tem duas vertentes principais – que estão de certa maneira aqui representadas hoje – a da política externa e a da política de defesa.

Lamentavelmente o chanceler Patriota não pôde estar presente aqui hoje, mas estou seguro de que o ministro Baena Soares – cujos dotes intelectuais e profissionais conheço bem – terá apresentado um quadro preciso da visão do Itamaraty.

Para falar-lhes da visão do Ministério da Defesa sobre a inserção estratégica de nosso país, é preciso começar tecendo algumas considerações sobre os rumos do Brasil e sobre as tendências do sistema internacional.

Espero que, ao fazê-lo, não estarei sendo repetitivo em relação ao que já foi dito pelo ministro Baena.

Ao mesmo tempo, confio em que as duas exposições apontem numa mesma direção.

* * *

O Brasil que entra nesta segunda década do século XXI é um país transformado.

A obra que mudou definitivamente o perfil de nosso país é produto de uma longa maturação, de uma evolução por vezes traumática, mas que ganhou especial intensidade no último decênio, no governo Lula, a que tive a honra de servir como ministro do Exterior.

Seu marco inicial data da redemocratização, que tampouco ocorreu de uma única tacada.

Muitas figuras poderiam ser lembradas nesse contexto.

É justo homenagear o grande Ulysses Guimarães, há vinte anos falecido. Quase coincidentemente, comemoraremos em breve os vinte anos da posse do saudoso presidente Itamar Franco, que com seu jeito quieto, seu jeito mineiro, aparentemente modesto, contribuiu decisivamente para a consolidação das instituições durante uma transição crítica.

A grande evolução do Brasil se deu em três frentes. A primeira é a da democratização.

Costumo dizer que a liberdade é como o ar: só percebemos a sua importância quando falta.

A democracia foi uma conquista do povo brasileiro, inscrita em sua constituição cidadã.

O sistema democrático vem abrindo novas oportunidades de realização civil e política em nossa sociedade.

Observo, neste particular, a naturalidade com que convivem democracia e defesa.

O comando civil do poder militar é uma verdade autoevidente no Brasil de hoje.

Por isso, o interesse por assuntos militares não pode de forma alguma ser confundido com militarismo. A Defesa, como política pública, é fortalecida pelo controle civil e pelo engajamento da sociedade.

Por outro lado, a força militar é valorizada pelo profissionalismo e a dedicação de nossas Forças Armadas e o mais estrito respeito às normas constitucionais que as regem.

São exemplos do elevado patamar de transparência alcançado na área de defesa a criação do Serviço de Informação ao Cidadão no Ministério da Defesa, e também em cada Força individualmente, e a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento que apresenta em detalhe a política, as capacidades e os desafios do Estado no que tange à Defesa.

Democracia e defesa são não apenas compatíveis, elas se reforçam mutuamente, numa sociedade plural e vibrante como a que queremos construir.

Uma segunda frente de transformação da realidade nacional é a economia.

Nossa história registrava momentos alternados de crescimento econômico e de estagnação, por vezes com a inflação sob relativo controle, mas nunca a ocorrência concomitante e sustentada de ambos.

Eu, por exemplo, e as pessoas de minha geração jamais poderíamos imaginar que viveríamos em um país sem inflação.

Da mesma maneira que não poderíamos imaginar que viveríamos em um país sem dívida externa. O Brasil aprendeu a conjugar desenvolvimento e estabilidade.

Somos hoje a sexta economia do mundo.

Do ponto de vista econômico, o desafio que passamos a enfrentar – e o temos feito com sabedoria – é o do excesso de capitais de natureza especulativa, que em nada contribuem para o desenvolvimento.

Nos anos de maior crescimento da economia mundial, acumulamos sólidas reservas internacionais e encontramos-nos bem protegidos diante do cenário externo restritivo da atualidade.

Com a garantia da estabilidade interna e externa, conjugada a uma política industrial e agrícola afirmativa, nossa economia voltará a crescer em ritmo mais acelerado, reforçando nossa posição no cenário mundial.

Esta não é apenas uma previsão brasileira.

É a previsão, também, das instituições financeiras internacionais.

A terceira frente em que nosso país deu grandes saltos – e talvez a mais importante delas –, é a da redução da desigualdade.

Nosso país ainda é socialmente muito injusto.

O Brasil sem miséria é, exatamente, o lema do governo da presidenta Dilma Rousseff. Em que pese à persistência desta realidade tributária da nossa história, os avanços em direção à igualdade têm sido nada menos que espetaculares.

Mais de 40 milhões de brasileiros tornaram-se parte da classe média na última década. Ou, dito de outra forma: saíram da miséria e da pobreza.

Mais importante: tornaram-se cidadãos de fato e de direito em um novo Brasil.

* * *

A evolução interna, em suas dimensões política, econômica e social, ampliou o espaço aberto ao Brasil no mundo.

Em nossa inserção estratégica, a política externa traduziu essa evolução, ao mesmo tempo em que a fortaleceu, contribuindo para o progresso interno.

Peço licença para falar sobre alguns aspectos dessa evolução da política externa, não só porque estive a frente dela durante alguns anos, mas porque ela é fundamental para que possamos compreender quais são os objetivos essenciais de defesa.

A política externa diversificou parcerias, abriu horizontes e superou limites que pareciam intransponíveis.

A autoconfiança tornou-se um dado palpável da consciência dos brasileiros.

Muito antes do presidente Obama, como candidato, nós soubemos dizer: sim, nós podemos! Algumas limitações à nossa atuação diplomática – reais ou imaginárias – cederam passo a uma nova estatura internacional.

Uma silenciosa, mas verdadeira revolução se produziu em nossos conceitos e em nossa percepção do lugar do Brasil no mundo.

Deixamos no século XX os “círculos de giz” que nós mesmos traçávamos e que impunham supostas interdições à projeção externa do Brasil.

Libertamo-nos das hipotecas a que costumava referir-se o sempre lembrado embaixador e ministro João Augusto de Araújo Castro.

Como democracia plena, verificamos possibilidades novas de presença e ação diplomática em favor da paz.

Nossa diplomacia ganhou desenvoltura. Não só em nosso entorno, mas em paragens por onde não nos aventurávamos até um passado recente.

Como economia em desenvolvimento com solidez macroeconômica, tornamo-nos um ator respeitado na governança da globalização.

Mesmo antes do famoso G-20 financeiro, que suplantou o G-8 como “principal fórum em matéria econômica” (para usar as palavras do presidente Obama), já fazíamos ouvir a nossa voz em grupos como o G-8+5.

Com políticas exitosas de distribuição de renda, somos exemplo de sociedade que aprendeu a superar a desigualdade em um mundo que anseia por justiça social.

Não exagero quando digo que, em matéria social, o “modelo brasileiro” tem servido de inspiração e de fonte de ensinamentos a nações que procuram transformar-se.

Foram essas mudanças ou o projeto delas que permitiram ao Brasil perseguir, de forma desassombrada, uma política externa que defini, no momento mesmo do anúncio da minha indicação, pelo presidente Lula, como chanceler, como “ativa e ativa”.

As últimas três décadas assistiram também a notáveis mudanças no cenário internacional. O reforço da presença do Brasil no mundo é favorecido por uma configuração internacional multipolar.

A multipolaridade, por oposição à bipolaridade e à unipolaridade que a precederam, corresponde a uma distribuição do poder mundial marcada pelo maior equilíbrio (ou pelo menos pelo menor desequilíbrio) entre os polos de poder.

Como a globalização, a multipolaridade é um fato. Resulta de tendências históricas profundas, para além de políticas traçadas conscientemente por este ou aquele país.

Mas nossas ações poderão influenciá-la, seja no sentido de acelerar ou retardar seu advento, seja no sentido de torná-la mais ou menos benigna, mais ou menos normatizada.

Alguns fatores, como a crescente prevalência de regimes democráticos, contribuem para que essa estrutura seja orgânica, isto é, benigna e duradoura.

Mas isso não ocorrerá de forma espontânea. Devemos concorrer com nossas atitudes para consolidar o que eu tenho chamado de “multipolaridade orgânica”.

A diversidade política e a pluralidade de atores têm o potencial de encaminhar soluções mais equilibradas e consensos mais verdadeiros em relação aos desafios que se apresentam.

Mas um esforço permanente é necessário para garantir o respeito às regras de convívio coletivamente negociadas e, com elas, a integridade normativa do sistema internacional.

Isto é especialmente verdadeiro no que se refere à regulação do uso da força, responsabilidade primária do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Seria possível descrever esse cenário político ideal, pelo qual devemos trabalhar incansável e incessantemente, como um “equilíbrio de poder normatizado”, bem distinto da “guerra de todos contra todos” de que falava o filósofo político Thomas Hobbes.

Embora este ideal esteja longe de se concretizar nos campos geopolítico, geoeconômico ou geoestratégico, observam-se progressos na institucionalização da solução de controvérsias em certas áreas, como por exemplo, a do comércio internacional.

Mecanismos como o órgão de solução de controvérsias e o órgão de apelação da OMC – a Organização Mundial do Comércio – ajudaram a por um ponto final à “diplomacia das canhoneiras”, ou à sua versão moderna: o ciclo de retaliações e contra-retaliações nas relações comerciais, em que os mais fracos necessariamente eram os perdedores.

Não estou falando de realidades muito longínquas. Em função da política nacional de informática, ou da política de patentes, o Brasil foi, ainda na década de 80, ameaçado com retaliações comerciais que pesaram muito sobre as nossas decisões e cercearam os nossos caminhos.

Apesar de todas as imperfeições, a OMC mostra, com sua pluralidade de atores e o universalismo de suas regras, o benefício que pode trazer uma multipolaridade normatizada, ou orgânica, para o desenvolvimento e a justiça em escala global.

A multipolaridade não é, atualmente, uma realidade consumada, mas situa-se no horizonte das expectativas, e este horizonte é a referência possível na política.

Como afirmou o presidente Lula em seu discurso de posse em janeiro de 2003, o Brasil procuraria, com suas ações e posições, “estimular os incipientes elementos da multipolaridade”.

E é o que continua a presidenta Dilma Rousseff em suas ações nos BRICS e nos seus contatos internacionais no G-20.

E hoje, seria necessário acrescentar à frase do presidente Lula – de estimular alguns elementos da multipolaridade – outra frase, que é a de tornar a multipolaridade mais amigável, mais previsível. Em outras palavras, não basta que o mundo seja mais multipolar.

É preciso que seja mais multilateral (isto é, sujeito a normas coletivamente negociadas).

Esta é indiscutivelmente uma tarefa da diplomacia – hoje sob a condução segura do chanceler Patriota. A desconcentração do poder político, militar e econômico no sistema internacional nas últimas décadas ampliou gradualmente as margens de liberdade para que nosso país fixasse sua própria agenda externa e perseguisse seus próprios objetivos.

Confiante na contribuição que lhe toca dar à ordem mundial, o Brasil atuou, em diferentes níveis, pelas agendas da paz, da prosperidade e da justiça.

Advogou a reforma do Conselho de Segurança, de forma a ajustá-lo à realidade internacional do século XXI. Um conselho mais representativo, menos dócil ao interesse desta ou daquela potência tradicional, poderá oferecer soluções construtivas aos vários impasses que continuam a bloquear sua ação e desacreditar sua autoridade.

É muito curioso quando se vê na imprensa, por certa ingenuidade, ou falta de conhecimento, ou, em alguns casos, até por certa inclinação, dizer-se: “A ONU falhou, o Conselho falhou”, mas não se diz por que ele fracassou.

Ele fracassou, ele falhou, porque sua composição atual torna muito mais difícil chegar aos consensos necessários a uma decisão coletiva.

A presença de países como Brasil, Índia e África do Sul, além de ser justa – pela posição que ocupam no mundo – teria o mérito de criar a ponte entre posições às vezes mais extremadas, ou mais rígidas, seja no Ocidente, seja entre países como a Rússia e a China.

Nas negociações comerciais, o Brasil buscou, por meio do G-20 comercial, criado em Cancun, em 2003, equilibrar uma conclusão que seria amplamente desfavorável.

Evitamos um acordo injusto, em que os países pobres fariam as concessões – em comércio de manufaturas, investimentos e compras governamentais – e os países ricos manteriam praticamente intocados os subsídios e as barreiras que entorpecem o comércio agrícola.

Na sequência da rodada DOHA da OMC, o Brasil e seus parceiros do G-20 procuraram colocar o comércio verdadeiramente a serviço do desenvolvimento.

Talvez por isso não tenha sido possível até hoje chegar a uma conclusão, justamente porque o hábito era sempre fazer aquilo que interessava aos países mais ricos.

A participação do Brasil no G-20 financeiro, surgido após a crise global de 2008, estimulou a busca de soluções coordenadas para superar a crise e levar adiante a inadiável redistribuição dos direitos de voto nas instituições de Bretton Woods, muito especialmente no FMI.

No plano regional, a criação da UNASUL traduziu o grande empenho do Brasil em aprofundar a integração da América do Sul e transformá-la em um polo da nova configuração global de poder.

Aliás, a negação, na prática política, da realidade sul-americana como espaço de cooperação econômica e articulação diplomática era um dos muitos “círculos de giz” que traçávamos à nossa volta, cerceando a nossa ação, certamente por inspiração externa.

A integração sul-americana foi uma indicação de que as relações internacionais efetivamente se multipolarizavam. Parece incrível, mas é um fato histórico, que nem os países sul-americanos nem os da América Latina jamais se houvessem reunido para discutir temas de seu interesse sem alguma forma de tutela externa – seja dos países da América do Norte, seja dos países da Europa, ou, mais especificamente, dos países da Península Ibérica.

Somente em dezembro de 2008 é que os chefes de Estado dos países da América Latina e Caribe se reuniram na Costa do Sauípe, na Bahia, atendendo a um chamado do presidente Lula.

A CELAC, que resultou deste encontro, já está hoje em sua terceira edição. Antigas instituições, que pretendiam enquadrar os países sul-americanos ou latino-americanos e caribenhos em esquemas políticos hemisféricos, inclusive na área de defesa, começaram a perder força diante da integração da América do Sul.

Até por constituir uma realidade geopolítica própria, a América do Sul é a nossa região, e nela está posta nossa prioridade – sem prejuízo do mandamento constitucional de integração da América Latina como um todo, objetivo de mais longo prazo que, acreditamos, será facilitado pela consolidação do projeto sul-americano.

O Conselho de Defesa Sul-Americano – órgão da UNASUL – é peça fundamental no redesenho da realidade política e estratégica.

Quero sublinhar para vocês: somente com um entorno estável e próspero, em que a confiança toma o lugar da suspeita, podemos exercer nossa vocação universalista, natural em um país das dimensões e da formação histórica do Brasil.

Sem desprezar antigas parcerias, temos aprofundado nossas relações bilaterais ou trilaterais com parceiros de outros continentes do mundo em desenvolvimento.

No continente africano, identificamos o necessário resgate da imensa dívida, contraída por um país profundamente marcado pela escravidão, como lembra Joaquim Nabuco em sua famosa obra *O Abolicionismo*.

Além disso, soubermos ver, ou antever, valiosas oportunidades mutuamente vantajosas de comércio e investimento. Gosto sempre de citar a frase de um ilustre pesquisador africano,

que conheci na Kennedy School em Harvard, Calestous Juma, diz ele [cito]: “Para cada problema africano, existe uma solução brasileira”.

Com a projeção africana, avulta também o interesse em garantir que o Atlântico Sul seja efetivamente um oceano de paz, a ser singrado pelo comércio pacífico, livre de rivalidades geopolíticas ou geoeconômicas.

A diretriz de diversificação das relações exteriores teve outros vetores, como a aproximação, incentivada pelo Brasil, entre a América do Sul e os países árabes, por meio da ASPA – cuja terceira cúpula acaba de realizar-se – e alguns passos iniciais na direção dos países do extremo Oriente, especialmente os da ASEAN (a China, naturalmente, é um caso a parte).

Gostaria de destacar os agrupamentos do IBAS e do BRICS. O IBAS está focado na exploração das identidades democráticas e culturais e da pluralidade étnica entre Brasil, Índia e África do Sul.

O segundo, BRICS, está predominantemente centrado na exploração de interesses comuns desses três países mais Rússia e China. Se o grupo BRICS reflete uma realidade de poder, cujo peso já se tem feito sentir, sobretudo na área econômico financeira, o IBAS expressa laços de solidariedade e afinidades que têm permitido importantes articulações diplomáticas, bem como projetos conjuntos de cooperação Sul-Sul.

O mais notável deles, duas vezes premiado pela ONU, foi a coleta de resíduos sólidos no Haiti, como puderam presenciar os que lá estiveram, inclusive as nossas forças da Minustah.

O IBAS já se estende para a área de defesa, como ilustrado pelos exercícios navais conhecidos como IBSAMAR, mas, também, com projetos bilaterais do Brasil com a África do Sul e a Índia, em matéria de mísseis ar-ar e de aviões radares (AEW).

Aliás, no último dia 14, o jornal *The Times of Índia* dedicou um longo artigo, intitulado “Índia, Brazil, África do Sul em jogos de guerra desde 15 de outubro”, a essas manobras navais dos três países, tema que, infelizmente, não despertou a mesma atenção da imprensa brasileira.

Faço referência de passagem a essas iniciativas, no intuito de ilustrar os aportes bastante tangíveis do Brasil à criação de uma multipolaridade orgânica. Embora de maturação a prazo frequentemente dilatado, essas iniciativas atestam o papel essencial desempenhado pela política externa na criação de condições internacionais favoráveis para o prosseguimento da evolução interna do Brasil.

* * *

Essas considerações sobre os rumos do Brasil e de sua projeção externa não estariam completas, perante uma plateia que inclui estudantes de Relações Internacionais, sem uma indagação sobre as tendências do sistema internacional, especialmente no que toca à paz e à segurança, área em que diplomacia e a defesa se tocam.

Como é sabido, o encerramento da Guerra Fria representou o esgotamento da bipolaridade. Mas a desconcentração de poder ainda teria que aguardar algum tempo. O período que se seguiu à Guerra Fria foi caracterizado pelo que se poderia chamar de “unipolaridade consentida”.

A supremacia dos Estados Unidos era tão evidente, tão absoluta, que nem potências como a China e muito menos a combalida Rússia se atreviam a contestá-la – para não falar dos países em desenvolvimento que tinham o perfil, àquela época, muito mais acanhado.

Foi o período do chamado “multilateralismo afirmativo”, em que os objetivos da principal potência (por exemplo, na primeira Guerra do Golfo, em relação ao Iraque) ou dos seus principais associados europeus (no caso dos Bálcãs) eram levados a cabo com o apoio legitimador do Conselho de Segurança.

Um dos riscos trazidos por essa configuração de poder hegemônica era, naturalmente, a instrumentalização do multilateralismo pelo interesse e pela visão de mundo da potência dominante.

Esse quadro unipolar, que se estendia ao domínio das ideias – como a teoria do fim da história – ou doutrinas econômicas – como o chamado Consenso de Washington – dificultava iniciativas independentes de inserção internacional e, até mesmo, políticas domésticas autônomas que conflitassem com o modelo imposto pelo pensamento único.

Nessa época, bastante recente, até falar em “política industrial” soava como heresia. Era tudo o mercado e só o mercado.

Evidentemente, o mercado sozinho não constrói uma indústria de defesa, não constrói uma tecnologia autônoma para um país em desenvolvimento com a erosão da unipolaridade, já nos albores do século XXI, agora surgem outros riscos, os riscos de uma multipolaridade inorgânica, e estes vão se tornando mais nítidos.

A heterogeneização excessiva, em que se perderiam os valores comuns entre os membros do sistema, já foi apontada, entre outros, por Bertrand Badie, professor da Sciences Po em Paris.

Retomando o ensinamento clássico de Émile Durkheim, famoso sociólogo francês do final do século XIX, esse autor fala na hipótese de anomia no sistema internacional, isto é, de perda do “sentimento vivo e contínuo de dependência mútua” entre os estados.

O continuado fracasso do Conselho de Segurança da ONU em lidar adequadamente com a crise síria, bloqueado que ele está de um lado pela arrogância dos que se julgam do “lado certo da história” e de outro pela intransigência dos que desconsideram valores universais, a bem de uma interpretação radical da soberania, reflete os perigos dessa ausência de um mínimo denominador comum.

Esta ausência, por sua vez, é uma espécie de efeito colateral da tendência – em si mesmo positiva – da desconcentração do poder.

Vocês percebem, assim, como é complexa a realidade da política internacional, que não se presta a uma interpretação unívoca ou simplificada.

A multipolaridade é importante para garantir um alto grau de autonomia à política externa dos países – o que é bom para o Brasil.

Mas ela não é, por si só, garantia de paz, e muito menos de prosperidade e de justiça.

A história europeia entre meados do século XVII, quando da Paz de Westphalia, e princípios do século XX, quando do início da Primeira Guerra Mundial, registra ensaios hegemônicos, conflagrações generalizadas e sobretudo alto custo humano de um sistema de equilíbrio de poder sem o amparo normativo do multilateralismo.

Se olharmos ademais para o sistema internacional e sua provável evolução, não podemos desconsiderar a hipótese de recomposição, em novos termos, de algum tipo de bipolaridade, agora entre China e Estados Unidos, hipótese que reaviva os temores fundados na experiência histórica de condomínio de poder, outra expressão do saudoso embaixador Araújo Castro.

Vislumbramos, assim, quadro bastante fluido das relações internacionais contemporâneas, em que hipóteses mais benignas convivem com outras menos favoráveis, do ponto de vista do Brasil.

O que é certo, entretanto, é que em todas elas nosso país despontará como um ator importante, e não como observador passivo, com capacidade de influir, de alguma forma, na sua configuração.

O processo que se convencionou denominar “Primavera Árabe” evidencia o amplo alcance do rearranjo de forças gerado pela transformação da ordem existente até menos de dois anos atrás no Oriente Médio.

Ilustra, também, a falta de consenso sobre os parâmetros para intervenções coercitivas da chamada “comunidade internacional” – expressão que uso sempre entre aspas, já que muitas vezes ela é empregada para designar apenas o que dois ou três países ocidentais entendem ser o certo em determinada situação.

A instabilidade na Líbia, totalmente previsível quando da intervenção da OTAN, e os gravíssimos riscos de transbordamento da crise Síria, que já começa a ocorrer no Líbano, para não mencionar as tensões envolvendo Israel (ou, de um modo mais geral, o Ocidente) e o Irã, dimensionam a magnitude dos desafios da causa da paz nesse Oriente Médio em fluxo.

Nele se jogam interesses de praticamente todas as grandes potências, entre as quais crescentemente, para o bem, ou para o mal, o Brasil tenderá a estar incluído.

Outras situações, como as que se verificam no nordeste asiático, no que se refere tanto à Península Coreana quanto à disputa marítima em áreas contíguas ao mar da China, aumentam os riscos de anomia desse processo global de “descongelamento de poder”.

A ausência de avanços comparáveis aos da área comercial na institucionalização da solução de controvérsias geopolíticas, geoeconômicas ou geoestratégicas aponta para a potencial recorrência do conflito armado entre os estados.

E eu poderia aqui, também, dizer da ausência de progresso na esfera de desarmamento.

O Brasil decidiu em determinado momento assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, até porque já estava em nossa constituição que apenas usaríamos energia para fins pacíficos.

A ausência de progresso na área de desarmamento nuclear é algo extremamente preocupante. E é extremamente preocupante que as grandes potências até hoje só falem em não proliferação e que os passos, que já foram muitas vezes afirmados ou reafirmados, em direção ao desarmamento, nunca sejam efetivamente dados.

Digo isso para lembrar que o potencial do conflito armado entre os estados não desapareceu. E é aqui que as políticas externa e de defesa confluem para um mesmo objetivo estratégico.

* * *

Nesse quadro de persistentes incertezas, o complemento necessário de uma política externa independente é uma política de defesa robusta.

Esta afirmação poderia provocar em alguns espíritos o receio de que o desenvolvimento do poder militar estaria em contradição com a projeção pacífica de nosso país.

Como já observou a professora Maria Regina Soares de Lima, a projeção externa do Brasil não envolve o emprego unilateral da coerção; entretanto, embora isso possa parecer paradoxal, o poder militar é indispensável para a defesa desse modelo de projeção pacífica contra pressões de toda ordem.

A multipolaridade, mas também a unipolaridade ou a bipolaridade, estão sempre sujeitas ao entrechoque de interesses.

O Brasil felizmente não tem inimigos, mas isso não constitui garantia de que o país não venha a ter adversários, inclusive em crises cuja origem seja alheia a nossa circunstância imediata.

O Brasil não pode ser a quinta, sexta ou sétima economia do mundo – as estatísticas flutuam de acordo com o câmbio – sem converter uma fração da riqueza que produz em meios de defesa.

Devemos estar equipados para indicar o custo que poderíamos impor a eventuais adversários que pretendam dispor de nossos recursos naturais, energéticos, industriais, agrícolas, científicos, de biodiversidade, hidrológicos, infraestruturais ou, acima de tudo, humanos.

Isto significa, em termos concretos, que necessitaremos de aviões suficientemente poderosos para defender o nosso espaço aéreo; de meios modernos de detecção e de comunicação, que permitam a defesa de nossas fronteiras terrestres; e de submarinos e navios de superfície que possibilitem a negação dos nossos mares a eventuais forças adversas.

Mesmo sendo a nossa uma região de paz, não podemos excluir que forças estranhas a ela procurem utilizar, pela persuasão ou pela força, territórios dos nossos vizinhos com objetivos hostis.

Hipótese que, por sua vez, reforça a importância de cooperarmos intensamente com esses vizinhos.

Aliás, sempre afirmo que na região a cooperação é a melhor dissuasão.

Isso para não falar do enorme desafio da moderna guerra cibernética, que pode, de um só golpe, minar nossas defesas convencionais e pôr em risco nossas estruturas críticas.

Obviamente, tudo isso tem um custo, e caberá à sociedade, democraticamente, deliberar sobre as opções a serem seguidas.

Mas jamais é demasiado lembrar que, longe do velho e falso dilema entre manteiga e canhões, os gastos em defesa, desde que criteriosamente direcionados à indústria e à tecnologia nacionais, não só geram renda e empregos, mas contribuem decisivamente para a pesquisa e o desenvolvimento, vitais para a economia civil.

Ademais, esses gastos em defesa são também importante elemento anticíclico em momentos em que a demanda dos consumidores e dos investidores privados se mostra mais claudicante.

A existência de capacidades adequadas de defesa, na verdade, contribui para que o Brasil seja um polo irradiador de paz.

O entendimento que apresento aqui importa, também, na rejeição de uma tese emanada do pensamento sobre a ordem unipolar, segundo a qual a assimetria de poder militar é fonte de estabilidade no sistema internacional.

Como sobejamente demonstrado em episódios como a invasão do Iraque em 2003, a primazia militar pode levar ao emprego imprudente da força, com base não apenas em erros de percepção (naquele caso sobre a existência de armas de destruição em massa) como também em objetivos estranhos às normas do sistema internacional (como o desenho de um “novo Oriente Médio” por meio da mudança de regime).

Tenho certeza de que muitos dos que promoveram estas ações naquela época, ou que pelo menos se aliaram ou as aceitaram, se olharem hoje e verem os resultados, provavelmente se arrependam.

Não é nenhum segredo de estado que a maioria dos grupos jihadistas na Síria vem do Iraque.

Esta não é a única fonte de problemas na Síria, evidentemente, mas é certamente uma evolução indesejada.

Algo parecido está ocorrendo na Líbia, onde hoje vemos verdadeiras falanges armadas tomando o lugar do poder central, com consequências trágicas, como foi o assassinato do embaixador norte-americano.

A estratégia de dissuasão é, portanto, o respaldo indispensável da política externa na inserção internacional do Brasil.

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, enviadas há pouco à apreciação do Congresso Nacional, em sua forma revista – e quero aqui fazer uma homenagem ao meu antecessor, o ministro Jobim, e, também, ao ministro Mangabeira Unger, que na época foram pioneiros, no governo Lula, em desenhar esta estratégia – e cujo conteúdo certamente é objeto de seus estudos, detalham essa ênfase dissuasória da política de defesa.

Esses dois documentos enunciam, também, o elo indissociável que política de defesa e política de desenvolvimento mantêm em nosso país.

O compromisso do Estado com a Defesa deve contribuir para os esforços de desenvolvimento. Por isso o aprimoramento da Defesa Nacional passa pela criação de uma sólida base industrial de defesa.

O governo da presidenta Dilma Rousseff deu um primeiro passo nesse sentido por meio da criação de um marco legal, a chamada Lei do Produto de Defesa, propício aos investimentos privados, sobretudo nacionais, em defesa.

Mas muito resta a fazer nesse campo.

* * *

A estratégia dissuasória de Defesa Nacional é conjugada com uma estratégia cooperativa, como já indiquei, pela qual a política de defesa reforça a política externa na inserção internacional do Brasil.

A ênfase principal da estratégia cooperativa está posta no entorno estratégico do país, composto pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela orla ocidental da África.

Na América do Sul, a cooperação tem sua expressão institucional no Conselho de Defesa Sul-Americano, instância de concertação da UNASUL que contribui para a criação de confiança entre nossos países por meio da transparência, do diálogo e de projetos conjuntos.

Temos realizado uma série de iniciativas voltadas ao intercâmbio de informações e experiências, à prestação de ajuda, à realização de exercícios conjuntos e à participação em empreendimentos industriais comuns.

No plano intelectual, realizamos na ESG um curso para funcionários militares e civis dos ministérios de Defesa da América do Sul – o CAD-SUL, que pretendemos seja permanente – e apoiamos o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa da UNASUL, em Buenos Aires.

Mas, como ficou claro na recente Conferência de Ministros de Defesa das Américas, realizada em Punta Del Este, o caminho na formação de uma verdadeira identidade sul-americana, que se sobreponha a esquemas historicamente desgastados, ainda é longo e cheio de percalços.

Não são apenas ideias que faltam.

Escasseiam recursos em nossos países para iniciativas concretas de cooperação.

Mas este é um empenho a que não podemos nos furtar, sob pena de não valorizarmos (ou não valorizarmos suficientemente) um dos ativos mais importantes de que dispomos, tanto para defesa como para política externa: o cinturão de paz e boa vontade que construímos em nosso entorno.

Não podemos descuidar de nossa imensa costa oceânica.

Pautamo-nos pelos princípios que inspiraram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, conhecida pela sigla ZOPACAS, na ordenação da conduta de todos os estados, especialmente os militarmente significativos, nesse oceano.

A ZOPACAS fundamenta-se no uso pacífico dos oceanos, e advoga um Atlântico Sul livre de armas nucleares.

Hoje, mais do que nunca, a consolidação dessa zona de paz exige crescente pró-atividade da parte do Brasil, não só em função das chamadas novas ameaças – como a pirataria, o tráfico de drogas e o terrorismo – mas também porque em um conflito entre potências de fora da região, o Atlântico Sul pode se tornar palco de ações que afetem nossos interesses vitais, e foi o que nos levou, aliás, à segunda Guerra Mundial.

Com nossos vizinhos da África, cooperamos tanto bilateralmente quanto plurilateralmente, por ações em foros como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e as já mencionadas atividades do IBAS.

Estando em uma instalação da Força Aérea, seria mais do que justo destacar o esforço que tem sido feito pela Aeronáutica para estreitar as relações com nossos vizinhos africanos, em especial, nos últimos tempos, com Cabo Verde – arquipélago cuja zona de jurisdição oceânica, podemos dizer, com um certo exagero, quase tangencia a nossa própria ZEE.

No mesmo sentido, São Tomé e Príncipe, verdadeiro porta-aviões no Golfo da Guiné e potencial hub de comércio para toda a África Central e Meridional, merece também a nossa atenção especial.

Mencionei apenas dois países pequenos, mas de grande importância para o Brasil.

Temos que nos habituar a não medir a importância dos países apenas pelo seu tamanho, seja do território, da economia ou da população, mas também por outros fatores, neste caso, entre outros, as afinidades e a situação geográfica.

Este empenho da Aeronáutica tem sido facilitado pelos novos meios de que dispõe a FAB, como os novos aviões patrulha P-3 dotados de capacidades modernas e com grande alcance e autonomia.

Também a nossa Marinha passará a ter navios-patrulha muito modernos, que já começam a desempenhar ações de cooperação com países africanos.

Haveria muito mais a dizer. No mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento, o Brasil mantém parcerias inovadoras, calcadas na exploração de novas oportunidades.

Sob a égide das Nações Unidas, nossos observadores militares e nossas forças de paz desdobram-se em teatros de operações marítimos, terrestres e aéreos em vários continentes.

No Haiti, somos a principal força e exercemos o comando militar da missão de estabilização da ONU.

Na Minustah, buscamos combinar o esforço de pacificação com o apoio ao desenvolvimento.

Gostaria de dizer que engenheiros do nosso Exército, além dos trabalhos *in loco*, produziram o projeto de uma barragem hidrelétrica, de Artibonite, que terá um papel estruturante no desenvolvimento socioeconômico do Haiti.

Com isso demonstramos que a nossa solidariedade não se esgota no aspecto de paz e segurança.

Com o crescimento de nossos interesses no mundo, o Caribe aparece como uma área a que devemos estar atentos e com a qual temos que cooperar de forma mais intensa, e há para isso grande receptividade.

No Líbano, comandamos a Força Tarefa Naval da UNIFIL, operação que monitora o cessar-fogo entre Israel e o Líbano.

Essa presença é fundamental para dar respaldo às ações de nossa diplomacia, em áreas como o Oriente Médio, que antes pareciam distantes, mas que hoje entendemos serem de nosso vital interesse, não só pelo empenho que temos na paz mundial, mas pelos laços que unem nossas populações.

Valeria lembrar aqui, o grande esforço, no qual a Aeronáutica teve participação muito intensa, na evacuação de 3 mil cidadãos brasileiros no Líbano em 2006.

Aquela foi uma evidência muito concreta de que quando falamos no nosso interesse no Oriente Médio não estamos falando em algo abstrato, estamos falando de populações que têm raízes também no Brasil.

A repercussão da viagem que o chanceler Patriota acaba de fazer àquela conflagrada região atesta, a uma só vez, o acerto e a atualidade desta observação.

Em todas essas iniciativas, as Forças Armadas brasileiras reforçam, pela cooperação, a projeção pacífica dos interesses do Brasil.

* * *

A grande evolução política, econômica e social em curso no Brasil das últimas décadas elevou o país a uma inédita estatura internacional.

A Estratégia Nacional de Defesa aponta como uma das questões políticas e institucionais atinentes à defesa e à diplomacia: a definição da “grande estratégia” pela qual o país deve pautar suas atitudes frente ao mundo.

A “grande estratégia” é, na realidade, uma fusão da estratégia de política externa com a estratégia de defesa.

Cabe ao Itamaraty e ao Ministério da Defesa aprimorarem cada vez mais sua já importante interlocução, em estreita coordenação com os demais órgãos do Governo Federal, e em permanente diálogo com a sociedade, a academia tem aqui evidente papel de relevo neste contexto.

Ao orientar sua projeção internacional por uma “grande estratégia” que confira ainda maior coesão a essas políticas externa e de defesa, o estado brasileiro trabalhará sob a sombra confortadora do Barão do Rio Branco.

Em palavras por ocasião da homenagem que recebeu do Exército Brasileiro, em 1906, Rio Branco sublinhava a relação entre a paz como aspiração profunda da política externa e o preparo militar como preceito da política de defesa.

Temos o dever, asseverou ele, [e cito] “de reunir os elementos de Defesa Nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar”. [fim da citação]

E creio que o Barão não discordaria se eu acrescentasse hoje: a defesa não se delega.

Nessa semana de estudos, aprendizado e troca de experiências, nossos jovens estudantes e professores, em contato com nossos cadetes, terão a oportunidade de se familiarizarem com nossas Forças Armadas e de constatarem o elevado profissionalismo de nossos militares.

Essa sensibilidade para os assuntos militares lhes dará uma visão privilegiada dos desafios da nossa “grande estratégia”.

Muito obrigado.